

Rede Amazônica de
Clínicas de Direitos
Humanos - **Promovendo
Direitos na Amazônia**



UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS

QUEM SOMOS?



Somos uma rede de cooperação acadêmica **formada por quatro universidades:**



Nossas clínicas jurídicas estão ligadas aos **cursos de direito,**
tanto na graduação quanto na pós-graduação.

O QUE FAZEMOS:

1 Desenvolvemos **projetos de impacto social na Amazônia**, incluindo pesquisas e ações de incidência.

2 Promovemos o **intercâmbio entre professores e alunos** das diferentes universidades da rede.

3 Atuamos em rede para fortalecer a **educação clínica** e os direitos humanos na região.





NOSSOS PROJETOS

PROJETO DE LEI Nº 1011/2023

Atuamos na elaboração de um projeto de lei para enfrentar a falta de diagnóstico sobre a incidência do mercúrio no Brasil.

O PL 1011/2023 BUSCA GARANTIR O DIREITO À SAÚDE E O MONITORAMENTO DA EXPOSIÇÃO AO MERCÚRIO, COM FOCO NA SAÚDE AMBIENTAL.

APOIO AO JUDICIÁRIO:

Atuamos para **auxiliar o judiciário brasileiro a destravar ações relacionadas à contaminação por mercúrio**, especialmente ações coletivas.



Escaneie o Qr codepara saber mais sobre sobre o Projeto de lei que **Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país**

TRABALHAMOS NA ASSESSORIA DE UM CASO ESPECÍFICO ENVOLVENDO UM POVO INDÍGENA E A INSTALAÇÃO DE UMA EMPRESA MINERADORA CANADENSE

Buscamos levar essa demanda para o conhecimento da comunidade internacional, no Fórum da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos em Genebra.

INCIDÊNCIA INTERNACIONAL NO ÂMBITO DA ONU:

**Link para
assistir o
evento:**



INCIDÊNCIA INTERNACIONAL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS

Realizamos, em novembro de 2022, peticionamento perante a Comissão IDH sobre “Sistemas tradicionais de conhecimento em saúde indígena” em defesa dos sistemas tradicionais de conhecimento em saúde indígena no Amazonas.

Além de peticionamentos, a Rede Amazônica atuou diretamente com o oferecimento de observações escritas em Opiniões Consultivas na condição de Amicus Curiae perante a Corte Interamericana.

**Link para Amicus Curiae
oferecido perante a Corte IDH na
Opinião Consultiva 23 de 2017**





Audiência pública sobre a redução da emissão de mercúrio na Amazônia

Aconteceu no 14º Encontro da Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos, em parceria com os ministérios públicos do Amapá (MPE) e Federal (MPF), e universidades da região.



A Universidade Federal do Pará (UFPA) participou do XIV Encontro da Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos, realizado entre os dias 5 e 6 de setembro de 2022 em Macapá.



Audiência Pública realizada em 2022, pelo Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Procuradoria-Geral de Justiça, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Amapá (CDH/UNIFAP).



Visita à Brasília-DF para protocolar o Projeto de Lei nº 1011/2023 em parceira com o senador Randolfe Rodrigues, Ministério da Justiça, Ministério de Direitos Humanos e Acesso a Justiça e Ministério da Saúde e SESAI.



EVENTO MERCÚRIO NOS TRIBUNAIS



**III CONGRESSO DE IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS DA MINERAÇÃO NA
AMAZÔNIA**



LANÇAMENTO IAMER



PLANO WWF AMAPÁ



PLANO WWF BRASÍLIA



**PROJETOS DE MINERAÇÃO, EMPRESAS
TRANSNACIONAIS E DIRETÓRIO DOS
POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA
BRASILEIRA**



VISITA LEILA BARROS



**XIV ENCONTRO DA REDE AMAZÔNICA DE
CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS**

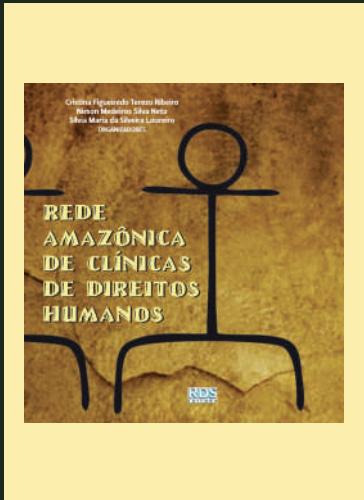


**XVI ENCONTRO DA REDE AMAZÔNICA DE
CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS
REALIZADO NA UNIDADE FEDERAL DO
OESTE DO PARÁ (UFOPA)**

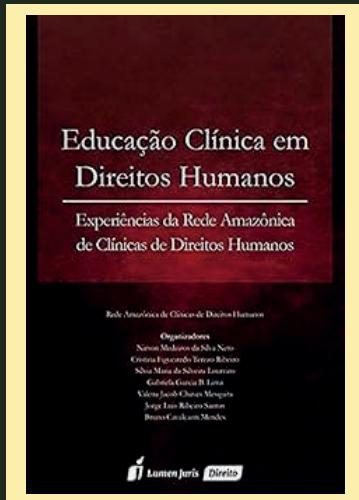


**XVII ENCONTRO DA REDE AMAZÔNICA DE
CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS**

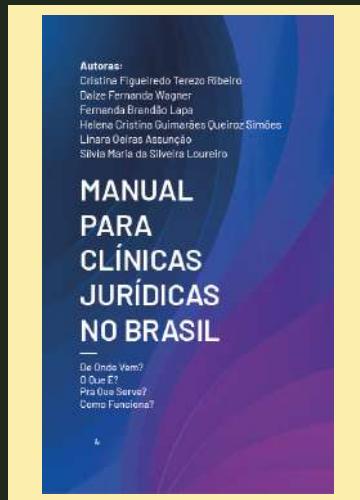
PUBLICAÇÕES DOS OBSERVATÓRIOS ANUAIS DA REDE AMAZÔNICA DE CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS



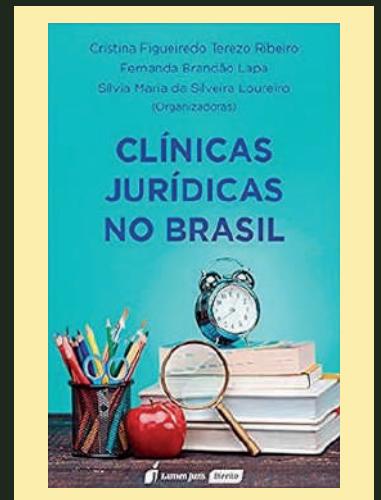
OBSERVATÓRIO ANUAL DE
DIREITOS HUMANOS.
2014



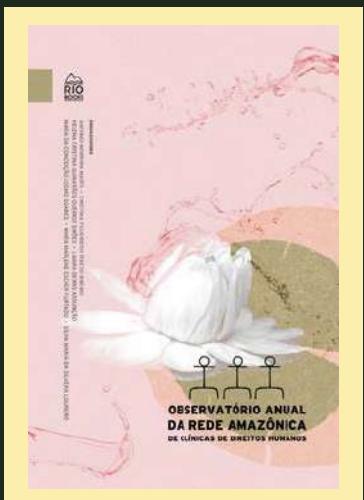
EDUCAÇÃO CLÍNICA EM
DIREITOS HUMANOS.
2016



MANUAL PARA CLÍNICAS
JURÍDICAS NO BRASIL.
2021



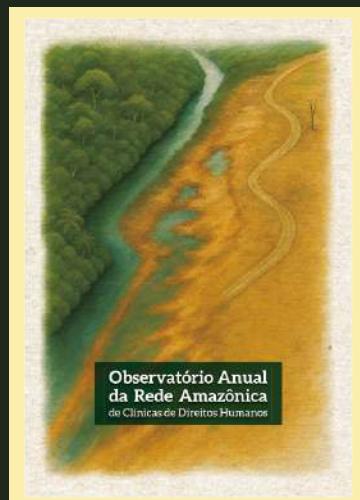
CLÍNICAS JURÍDICAS NO
BRASIL.
2021



OBSERVATÓRIO DA REDE
AMAZÔNICA.
2023



INCIDÊNCIA DO MERCÚRIO
NOS TRIBUNAIS.
2025



OBSERVATÓRIO DA REDE
AMAZÔNICA.
2025

**CLÍNICA DE
DIREITOS
HUMANOS E
DIREITO
AMBIENTAL**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



AMAZONAS



SOBRE A CLÍNICA:

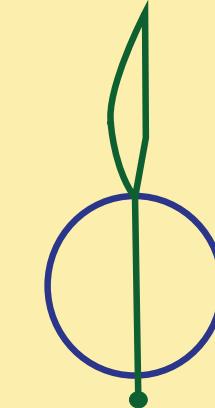
2010

A Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental (Clínica DHDA) da Universidade do Estado do Amazonas foi criada em 2010, como parte do movimento de ensino clínico no Direito no Brasil. Inicialmente articulada entre o Grupo de Pesquisa Direitos Humanos na Amazônia (CNPq) e o Centro de Estudos e Prática de Direitos Sociais, a iniciativa foi aprovada pela Escola Superior de Ciências Sociais (ESO/UEA) ainda em 2010.

2011

Em 2011, a Clínica foi institucionalizada como parte do Núcleo de Prática Jurídica da ESO/UEA, com atuação especializada em direitos humanos e direito ambiental. **Ao longo de mais de uma década (2011-2022), funcionou como espaço de formação prática, pesquisa, extensão e capacitação de alunos** da graduação e da pós-graduação em Direito.

2022



CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS
E DIREITO AMBIENTAL

A partir de 2022, a Clínica DHDA passou a integrar a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX/UEA), tornando-se um Programa de ensino, pesquisa, extensão e assistência jurídica. **Em 2023, foi oficialmente reconhecida como Programa de Extensão Universitária da Escola de Direito da UEA**, fortalecendo seu papel no processo de curricularização da extensão.

Com enfoque interdisciplinar e compromisso com a justiça social e ambiental, a Clínica atua local e internacionalmente, sendo parte de redes como a **Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos**, o **Fórum Nacional de Clínicas Jurídicas**, a **Aliança de Clínicas Jurídicas Ambientais da América Latina e do Caribe** e a **Global Mercury Partnership/PNUMA**.

PARTICIPANTES

DOCENTE

Sílvia Maria da Silveira Loureiro

ESTUDANTES

- Allana Karoline Leda Menezes
- André Guilherme Oliveira Gentil
- Brainer Rian de Souza Arévalo
- Carlos Eduardo da Silva Antunes
- Isabella Benchaya da Silva
- João Vitor Lisboa Batista
- Luciana Valois Coelho da Silva
- Luana Paula Quadros Brandão
- Maria Luana Gonçalves Vasquez Batista
- Natalia Albuquerque Lima dos Santos
- Rafael Oliveira Campos
- Sofia Letícia Ferreira Rubim
- Taframe Loureiro Barroso
- Tatyane de Andrade Ferreira

VOLUNTARIOS

- Anne Laís da Silva Rodrigues
- Annie Mara Arruda de Sá e Brito
- Bianca da Silva Medeiros
- Enéas Xavier de Oliveira Jr.
- Gilberto Rocha Neto
- Izabelly Sabriny Oliveira Nascimento
- Jamilly Izabela de Brito Silva
- Júlia Coimbra Braga

A CLÍNICA REALIZA:

Atuação de forma integrada no tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, adota a metodologia clínica para formar estudantes comprometidos com a justiça social e ambiental. Desenvolve projetos de extensão (PROJEX/UEA) e realiza eventos acadêmicos apoiados por programas como PAEP/CAPES e PAREV/FAPEAM. Na pesquisa, participa de iniciativas na graduação e pós-graduação (PAIC, PIBIC, PROCAD-Amazônia, Universal/CNPq), com foco em direitos humanos, povos indígenas e impactos socioambientais na Amazônia.

No campo internacional, **a Clínica se destaca pela incidência em sistemas regionais e globais de proteção de direitos humanos, como os da ONU e SIDH**, especialmente em defesa de comunidades tradicionais e populações vulnerabilizadas na Amazônia.

Buscando ampliar o impacto das pesquisas e da atuação clínica para além do meio acadêmico, **produz conhecimento de forma acessível por meio de cartilhas, redes sociais e eventos públicos, estabelecendo uma ponte entre universidade e comunidade e promovendo a educação em direitos e a mobilização social em torno de causas fundamentais para a região amazônica**.

VISITE-NOS NA INTERNET

Clínica de Direitos Humanos e Direito Ambiental
da Universidade do Estado do Amazonas:

 @CLINICADHDA

PÁGINA WEB: [HTTP://CLINICADHDA.ORG](http://CLINICADHDA.ORG)





CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO
UNIFAP
CAMPUS MARCO ZERO DO EQUADOR

SOBRE A CLÍNICA:

2019

A Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Amapá (CDH/UNIFAP) foi criada por alunos em dezembro de 2019, com o propósito de funcionar como um projeto de extensão de caráter multidisciplinar, voltado à promoção, fortalecimento e disseminação dos direitos humanos, especialmente no contexto amazônico. Inspirada no modelo clínico jurídico, sua proposta é conectar o ensino do Direito com a prática transformadora, aproximando os estudantes das realidades sociais que envolvem a violação de direitos e incentivando a formação crítica, ética e cidadã.

Nos dois primeiros anos, a CDH/UNIFAP atuou como projeto de extensão financiado pelo Departamento de Extensão da PROEAC/UNIFAP, oferecendo bolsas de extensão por meio de editais voltados a escritórios-modelo. **Em julho de 2021, o projeto foi institucionalizado no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do curso de Direito da UNIFAP, no campus Marco Zero do Equador, em Macapá.** A formalização foi aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito e reconhecida pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação por meio das Portarias nº 1287/2021 e nº 1296/2021.

As atividades da Clínica começaram efetivamente em 2020, sendo desde então impactadas e adaptadas diante do

cenário da pandemia de COVID-19. O planejamento de sua atuação teve como base o livro “Clínicas de Direitos Humanos e o Ensino Jurídico no Brasil: Da Crítica à Prática que Renova”, organizado por docentes da UFMG, que serviu como guia metodológico e político para a estruturação de sua linha de atuação e adoção do método clínico.

A primeira parceria institucional da CDH/UNIFAP foi com o projeto “Reviver”, com foco no apoio a pessoas com Alzheimer e seus familiares. Já **sua primeira produção técnica foi a Coletânea de Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e Normativas Internacionais, reunindo decisões, medidas provisórias e pareceres da Corte IDH sobre os direitos das mulheres e comunidades tradicionais**, entre os anos de 2000 e 2020.

Desde então, a Clínica tem fortalecido sua atuação com a publicação de artigos científicos, livros, resumos, bem como a organização de eventos, parcerias com outras clínicas de direitos humanos no Brasil e a criação de um podcast como ferramenta de educação popular em direitos humanos. **A CDH/UNIFAP reafirma seu compromisso com a justiça social, os direitos das populações amazônicas e a formação jurídica comprometida com a transformação social.**



PARTICIPANTES

COORDENADORA

Linara Oeiras Assunção

ORIENTADORAS:

*Helena Cristina Guimarães
Queiroz Simões*

BOLSISTAS:

*Annye Gabrielly Gonçalves
João Lucas Oliveira da Silva
Lizandra da Cruz de Assis*

VOLUNTÁRIA:

*Yasmim Emanuelle
Beckman Alves*

A CLÍNICA REALIZA:

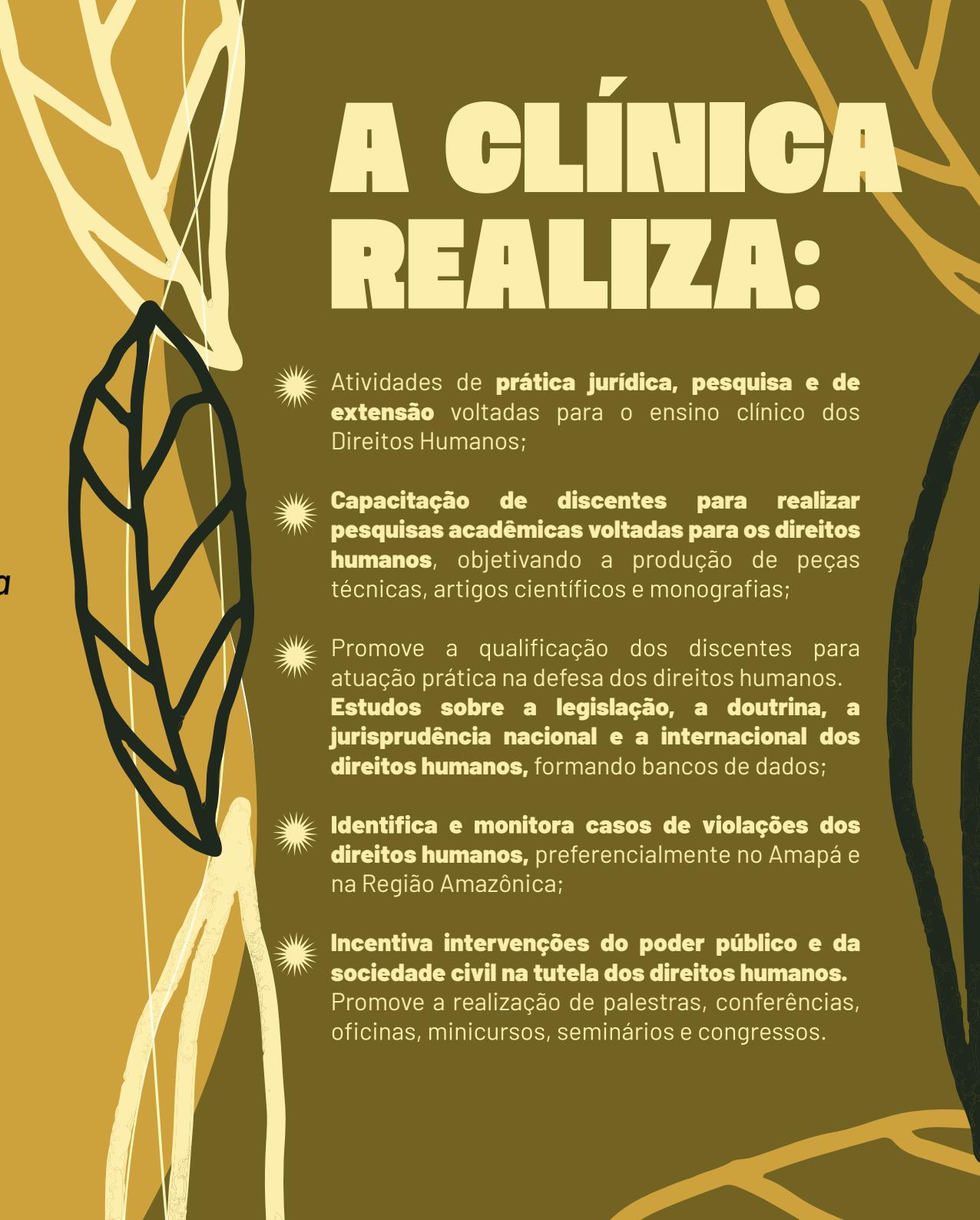
 Atividades de **prática jurídica, pesquisa e de extensão** voltadas para o ensino clínico dos Direitos Humanos;

 Capacitação de discentes para realizar **pesquisas acadêmicas voltadas para os direitos humanos**, objetivando a produção de peças técnicas, artigos científicos e monografias;

 Promove a qualificação dos discentes para atuação prática na defesa dos direitos humanos. **Estudos sobre a legislação, a doutrina, a jurisprudência nacional e a internacional dos direitos humanos**, formando bancos de dados;

 Identifica e monitora **casos de violações dos direitos humanos**, preferencialmente no Amapá e na Região Amazônica;

 Incentiva **intervenções do poder público e da sociedade civil na tutela dos direitos humanos**. Promove a realização de palestras, conferências, oficinas, minicursos, seminários e congressos.



VISITE-NOS NA INTERNET



Instagram: @cdhunifap

Facebook: Clínica de Direitos Humanos da UNIFAP | Macapá AP

Podcast: PoDH - o podcast da CDH/UNIFAP

Youtube: CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS UNIFAP

E-mail: cdh@unifap.br



NOSSAS PUBLICAÇÕES:



CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

SOBRE A CLÍNICA:

2016

A Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada em 2016, consolidando-se como **um espaço acadêmico voltado à promoção dos Direitos Humanos, com ênfase nas áreas do Direito Internacional e dos Direitos Socioambientais, especialmente relacionados ao contexto amazônico**. Desde sua fundação, tem atuado na articulação entre teoria e prática jurídica, contribuindo para a formação crítica de estudantes e a produção acadêmica sobre temas fundamentais para a região.

Sua atuação está estruturada em duas linhas de pesquisa, sendo uma vinculada à Rede Amazônica de Clínicas de Direitos Humanos – da qual a UFOPA é integrante ativa – e outra desenvolvida no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT/UFOPA), fortalecendo a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a Clínica coordena três projetos de extensão: a Liga Acadêmica de Direito Sumaúma (LADS), voltada à formação e ao debate em direitos humanos; o Grupo de Apoio à Adoção Tapajós (GAAT), que promove a cultura da adoção responsável; e o projeto Nascer em Santarém, que atua na promoção do parto humanizado e da saúde materno-infantil.

Com essas frentes de atuação, a Clínica reafirma seu compromisso com a justiça social, a cidadania ativa e a defesa dos direitos fundamentais na Amazônia, contribuindo para a formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios sociais, jurídicos e ambientais da região.



**CLÍNICA DE
DIREITOS
HUMANOS**

PARTICIPANTES

DOCENTES

*Ana Karine de Albuquerque
Alves Brito*

Arlene Mara de Sousa Dias

Lidiane Nascimento Leão

*Maria Marlene Escher
Furtado*

Sérgio Guedes Martins

Túlio Chaves Novaes

BOLSISTAS

Amanda Paixão

Franciane Carvalho

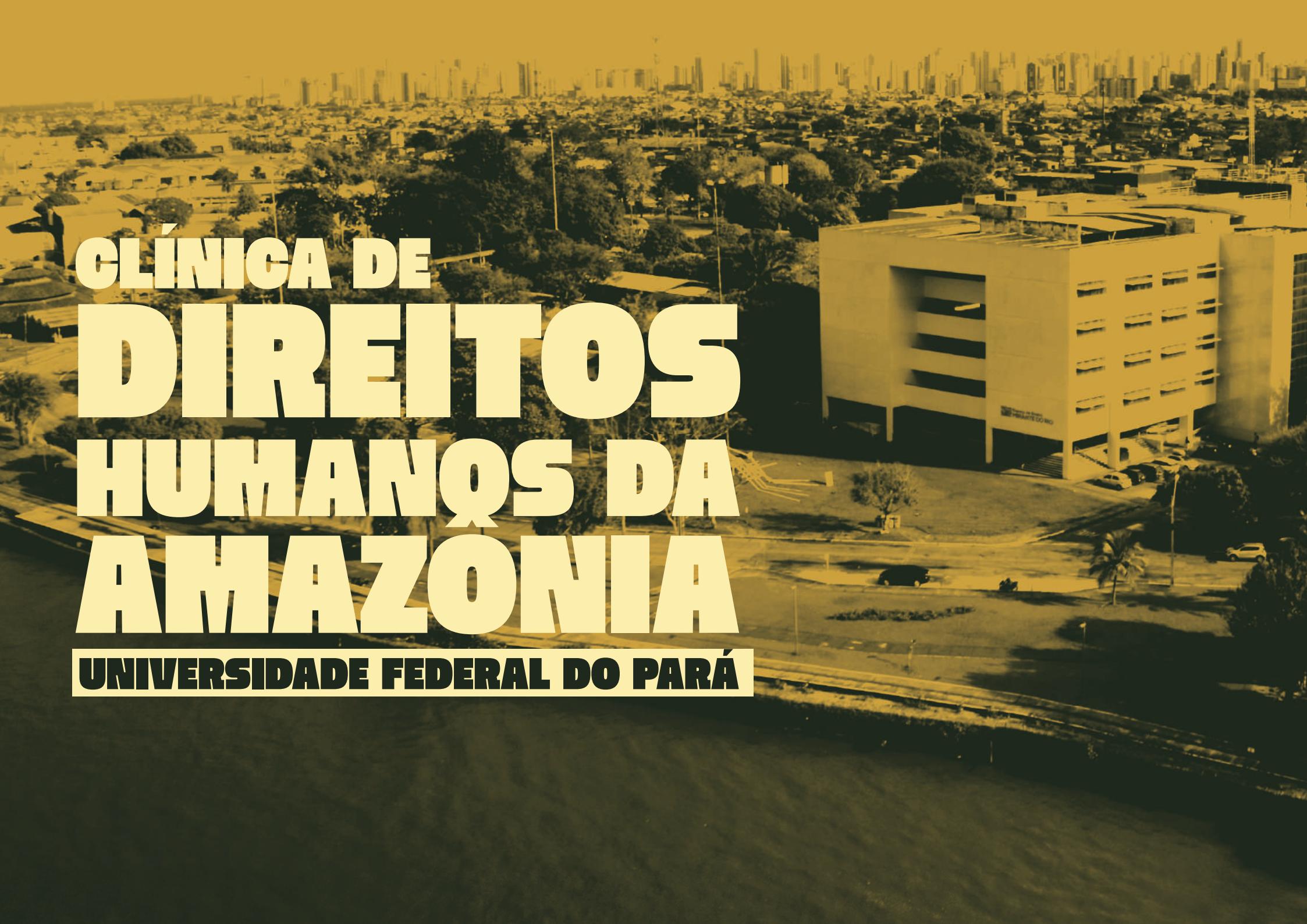
Maria Vitória Santos



A CLÍNICA REALIZA:

- ★ Estágio jurídico supervisionado no âmbito de projetos de pesquisa e extensão vinculados à clínica
- ★ Encontros semanais de discussão sobre Direitos Humanos
- ★ Elaboração de artigos científicos e resumos por bolsistas e voluntários no âmbito de projetos de pesquisa
- ★ Projetos de extensão
- ★ Elaboração de cartilhas e outros materiais educativos na temática dos direitos humanos
- ★ Oficinas e rodas de conversa
- ★ Eventos acadêmicos e ações sociais
- ★ Grupo de Apoio à adoção Tapajós: um projeto voltado a devolver à sociedade instrução jurídica no assunto, esclarecer o instituto jurídico da adoção, desmistificar preconceitos em torno do assunto e promover encontros mensais com pretendentes a adoção, além de permitir maior aprofundamento sobre Direito de Família e o Estatuto da Criança e Adolescente para seus voluntários.
- ★ Projeto Nascer em Santarém: trata da violência obstétrica na cidade e do direito ao parto humanizado para as mais diversas gestantes da região, além de promover oficinas com profissionais da saúde, rodas de conversa em unidades básicas de saúde e elaboração de plano de parto e cartilha da gestante, promovendo educação em saúde e permitindo aos estudantes maior compreensão sobre o Direito Sanitário e Políticas Públicas de Saúde.

VISITE-NOS NA INTERNET:



**CLÍNICA DE
DIREITOS
HUMANOS DA
AMAZÔNIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

The background image shows an aerial view of a modern hospital complex. The main building is a large, light-colored structure with multiple stories and a flat roof. In front of it is a large, open parking lot with several cars. To the left, there's a smaller building and some trees. In the distance, a dense urban area with many buildings is visible under a clear sky.

SOBRE A CLÍNICA:

2011

Desde março de 2011, o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) mantém o Laboratório de Direitos Humanos, **um espaço que integra pesquisa e extensão, com o objetivo de aproximar a produção acadêmica das realidades sociais da Amazônia.** A partir deste ambiente de formação crítica e prática, surgiu a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA), que passou a funcionar dentro do Laboratório no mesmo ano, conectando docentes, discentes da pós-graduação e estudantes da graduação em Direito em torno de projetos que combinam conhecimento científico, ação social e promoção dos direitos humanos.

A CIDHA se estrutura em duas linhas principais de atuação. A primeira, voltada aos **Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC)**, trabalha com temas como ordenamento territorial, gestão e manejo agroflorestal, regularização fundiária, reconhecimento de territórios quilombolas e de populações tradicionais, demarcação de terras indígenas, criação de unidades de conservação, formulação de planos urbanísticos-ambientais e enfrentamento ao trabalho escravo. Esta linha tem como foco a pesquisa empírica e o fomento de políticas públicas comprometidas com os direitos das populações amazônicas.

A segunda linha de atuação é de caráter internacional, com foco na capacitação de estudantes para atuação junto aos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos, em parceria com organizações não governamentais e movimentos sociais. Essa atuação tem se concentrado em casos paradigmáticos de violações de direitos humanos na região, buscando não apenas responsabilização internacional, mas também visibilidade e transformação social a partir do engajamento acadêmico e jurídico.

Ao longo dos anos, a CIDHA consolidou-se como uma referência na educação jurídica com foco em direitos humanos na Amazônia. Suas atividades partem da compreensão de que os **casos concretos, reais ou hipotéticos, são instrumentos pedagógicos fundamentais para a formação crítica e prática dos estudantes.** Além disso, promove a articulação entre ensino e transformação social, incentivando a atuação em ações de interesse público capazes de produzir impactos reais na garantia de direitos e no fortalecimento da cidadania.



VÍDEO: A CONSTRUÇÃO DA REDE AMAZÔNICA DE CLÍNICAS JURÍDICAS", POR LISE TUPIASSU, CDH | UFPA

PARTICIPANTES

DOCENTES

Cristina Terezo

José Heder Benatti,

Girolamo Treccani

Lise Tupiassu

**VISITE-NOS
NA INTERNET:**

 @CIDHAUFP

A CLÍNICA REALIZA:

 Cursos de capacitação, pesquisas científicas e publicação de materiais de treinamento e cartilhas informativas.

 A Clínica atua na proteção de direitos humanos, com a criação de um banco de dados de jurisprudências, legislações nacionais e tratados internacionais, além de ações voltadas à prevenção de violações e reparação de direitos, por meio de consultoria e advocacia junto a órgãos nacionais e internacionais.

 Recebe casos por meio de parcerias com instituições públicas ou privadas, formalizadas por Termos ou Convênios de Cooperação, inclusive quando há repasse de recursos financeiros.

 Também participa da Competição de Julgamento Simulado da Corte Interamericana de Direitos Humanos, promovida pela American University, preparando estudantes de graduação para atuar em casos hipotéticos de violações, com base no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. A preparação é orientada por professores e envolve uma abordagem multidisciplinar e internacional, em três idiomas (português, espanhol e inglês).